

Termo de Referência 121/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2025	985725-MES-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA JETIBÁ	EVELLEN CAZAROTTO MATEUS	04/06/2025 08:16 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		2025-1ZNB2

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de **Extintores de Incêndio, Serviços de Recarga, Placas de Sinalização e Suportes**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	EXTINTOR DE INCENDIO PQS ABC - 6KG EXTINTOR PORTATIL DE PRESSURIZACAO DIRETA, COM CARGA DE PO QUIMICO SECO ABC; DESTINADO AO COMBATE DE PRINCIPIOS DE INCENDIO DAS CLASSES A (RESIDUOS SOLIDOS), B (LIQUIDOS INFLAMAVEIS), C (EQUIPAMENTOS ELETRICOS); COM PRESSAO DE TRABALHO DE 10,5 KGF/ CM2; MANGUEIRA EM BORRACHA COM TRAMA DE NYLON; RECIPIENTE		UN		386	R\$245,47	R\$94.750,46

	FABRICADO A PARTIR DE CHAPA PLANA DE ACO, CALANDRADA COM TAMP A E FUNDO ESTAMPADA A FRIO, SOLDADOS PELO PROCESSO MIG CONFORME NORMA ABNT NBR 15808; PINTADO PELO PROCESSO ELETROSTATICO COM TINTA EM PO NA COR VERMELHA; FORNECIDO COM SUPORTE DE PAREDE FORMATO "L"; VALIDADE DA CARGA DE 5 ANOS						
2	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO S12 (SAÍDA DE EMERGÊNCIA, COM A MENSAGEM: SAÍDA - 12 X 24CM MODELO PLACA SAIDA; CODIGO NORMA PLACA S12; TAMANHO MINIMO DE 12 X 24CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE		UN		180	R\$19,31	R\$3.475,80

	BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022						
3	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO S12 (SAÍDA DE EMERGÊNCIA, COM A MENSAGEM: SAÍDA - 15 X 30CM MODELO PLACA SAIDA; CODIGO NORMA PLACA S12; TAMANHO MINIMO DE 15 X 30CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022		UN		189	R\$19,16	R\$3.620,78
4	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO (S1, S2, S3, S3, S4, S5, S6, S7 S8, S9, S10, S11, S12, S13, S16, S17) - 12 X 24CM TAMANHO MINIMO DE 12 X 24CM;		UN		55	R\$19,10	R\$1.050,50

	PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022						
5	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO (S1, S2, S3, S3, S4, S5, S6, S7 S8, S9, S10, S11, S12, S13, S16, S17) - 15 X 30CM TAMANHO MINIMO DE 15 X 30CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS		UN		308	R\$19,28	R\$5.937,48

	INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022						
6	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE PROIBIÇÃO (P1, P2, P3 E P4) - 20 X 20CM TAMANHO MINIMO DE 20 X 20CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022		UN		127	R\$19,00	R\$2.412,37
7	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE PROIBIÇÃO (P1, P2, P3 E P4) - 40 X 40CM TAMANHO MINIMO DE 40 X 40CM;		UN		20	R\$20,72	R\$414,47

	PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022						
8	PLACA EXTINTOR PQS ABC 20 X 20CM MATERIAL FOTOLUMINESCENTE APLICADO SOBRE PVC QUE NAO PROPAGA CHAMAS; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022		UN		368	R\$18,18	R\$6.691,47
9	RECARGA EM EXTINTOR DE INCENDIO COM CARGA DE PO QUIMICO ABC 06 KG GARANTIA DE 1 ANO; SEM VIOLACAO DO LACRE ORIGINAL; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15808		UN		343	R\$68,91	R\$23.634,98
10	SUPORTE DE PISO PARA EXTINTOR DE		UN		416	R\$43,85	R\$18.242,65

INCENDIO PQS - ABC 6KG TIPO TRIPE; PRODUZIDO EM VERGALHAO, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, ACABAMENTO BICROMATIZADO, COM BORRACHA NAS PONTAS DOS PES; MEDINDO NO MINIMO 21 X 16 X 17CM (ALTURA X DIAMETRO INTERNO X DIAMENTRO EXTERNO)						
---	--	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. Considerando a necessidade de garantir as condições de segurança contra incêndio e pânico em todas as dependências da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, torna-se imprescindível a aquisição de extintores de incêndio novos, recarga e a manutenção dos equipamentos já existentes, bem como o fornecimento de placas de sinalização e suportes de piso, conforme as normas técnicas aplicáveis.

2.2. Os serviços e fornecimentos serão realizados conforme demanda das diversas Secretarias Municipais, sendo de responsabilidade dos setores solicitantes a definição das quantidades necessárias, de forma coerente com as normas de segurança vigentes e os registros de consumo e manutenção anteriores.

2.3. A empresa contratada deverá executar os serviços com uso de equipamentos apropriados, em perfeito estado de conservação e funcionamento, empregando profissionais treinados e devidamente habilitados, conforme exigido pelas normas do INMETRO, ABNT (em especial as NBRs 12962/2016 e 15808/2009), Corpo de Bombeiros e demais legislações pertinentes. A mão de obra deverá estar identificada por uniforme e crachá, e os serviços deverão ser prestados de forma segura, eficaz e pontual.

2.4. A manutenção dos extintores deverá contemplar os níveis 2 (manutenção técnica com desmontagem) e 3 (ensaios hidrostáticos), conforme o caso, incluindo desmontagem, limpeza, verificação, substituição de componentes, recarga com agente extintor apropriado e ensaio hidrostático, quando necessário. Deverão ser observados os prazos máximos estabelecidos em norma, especialmente o intervalo de até 5 anos para o ensaio hidrostático.

2.5. A retirada e devolução dos extintores e demais equipamentos será realizada pela empresa contratada, com acompanhamento de servidor designado pela Prefeitura. O recolhimento e a instalação dos extintores deverão ocorrer em um raio de até 50 km, tendo como ponto de referência a Prefeitura, localizada na Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES. Os itens deverão ser reinstalados nos mesmos pontos de origem, com prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a conclusão do serviço.

2.6. As placas de sinalização deverão ser fornecidas conforme os padrões estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros do Espírito Santo, sendo confeccionadas com material durável, fotoluminescente, e instaladas em locais visíveis e estratégicos. Os suportes de piso deverão possuir estrutura metálica resistente, com base estável e compatível com os modelos de extintores utilizados pela Administração Pública Municipal.

2.7. A contratação será formalizada por meio de procedimento licitatório, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e buscando a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando os critérios de qualidade, custo-benefício, e atendimento às normas técnicas e legais.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente contratação tem por finalidade atender às exigências legais e normativas relacionadas à segurança contra incêndios nas dependências da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, incluindo suas Secretarias, setores e demais unidades. A necessidade foi identificada a partir de demandas encaminhadas por diversas Secretarias Municipais, que apontaram a ausência de contrato vigente para a realização dos serviços de recarga, aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como a necessidade de instalação de placas de sinalização em locais estratégicos.

3.1.1. A recarga anual dos extintores é uma exigência técnica e legal, devendo ser realizada conforme o prazo de validade indicado nos cilindros e conforme determina a Norma Brasileira – NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além do Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, instituído pela Portaria nº 58, de 16 de fevereiro de 2022, do INMETRO. Trata-se de medida essencial para garantir o funcionamento adequado dos equipamentos de combate a incêndio e a segurança de servidores, usuários e do patrimônio público.

3.1.2. A ausência desses serviços pode comprometer diretamente a capacidade de resposta em situações de emergência, agravando riscos de acidentes e prejuízos materiais e humanos. Assim, a prestação contínua desse tipo de serviço se mostra indispensável para a manutenção das condições mínimas de segurança e funcionamento das atividades administrativas da Prefeitura.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1. Durante a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

- a) Se responsabilizar pelo transporte dos extintores de incêndio que serão recarregados;
- b) Fornecer extintores próprios de uso temporário à Contratante, com especificações técnicas equivalentes ou superiores, enquanto os extintores em manutenção não forem devolvidos.

4.1.2. Extintor de Incêndio PQS ABC – 6 kg

- a) Deve ser novo, com carga de Pó Químico Seco (PQS) do tipo ABC, com peso nominal de 6 kg;
- b) O extintor deverá atender às normas ABNT NBR 15808 e NBR 10721, possuir selo do INMETRO e ter fabricação recente, com data não superior a 6 (seis) meses da entrega. A data de fabricação deve estar gravada de forma indelével no corpo do extintor. Extintores fabricados há mais de 6 meses serão recusados pela Contratante, devendo ser substituídos imediatamente, sem ônus;
- c) Deve possuir manômetro, lacre, etiqueta de inspeção atualizada, e instruções de uso visíveis e legíveis;
- d) A pintura deve ser resistente à corrosão, com identificação conforme normas técnicas vigentes.
- e) Os extintores provisórios fornecidos pela contratada durante a manutenção deverão atender aos mesmos requisitos deste item, possuir certificação válida do INMETRO, estar com a validade da carga e ensaio hidrostático vigentes, lacre intacto e etiqueta de inspeção atualizada.

4.1.3. Recarga de Extintor de Incêndio com Carga de Pó Químico ABC – 6 kg

- a) A recarga deverá seguir os procedimentos da ABNT NBR 12962 e Portaria INMETRO nº 58 /2022;
- b) A empresa deverá apresentar certificação de conformidade válida do INMETRO para o serviço;
- c) A carga utilizada deverá ser nova, de qualidade comprovada, e o extintor deve retornar com lacre, manômetro calibrado e etiqueta de manutenção com data atualizada.

4.1.4. Placas de Sinalização de Extintores (Identificação do Equipamento)

- a) As placas "EXTINTOR PQS ABC" nos formatos 20x20cm e 20x30cm devem ser fotoluminescentes e atender às exigências da ABNT NBR 13434 (partes 1, 2 e 3);
- b) A impressão deve ser durável, com boa legibilidade e fixação permanente em local visível acima do equipamento.

4.1.5. Suporte de Piso para Extintor de Incêndio PQS ABC – 6 kg

- a) Deve ser fabricado em material resistente, anticorrosivo, com base estável e dimensões compatíveis com extintores de 6 kg;
- b) Deve permitir fácil retirada e reposição do extintor em caso de emergência, e estar de acordo com a ABNT NBR 12693.

4.1.6. Placas de Sinalização de Emergência - Orientação de Salvamento (Modelos S1 a S17)

- a) Devem ser fabricadas em material fotoluminescente, conforme ABNT NBR 13434, com luminância e tempo de decaimento de acordo com a norma;

- b) As placas nos formatos 15x30cm e 12x24cm devem conter mensagens específicas (como "SAÍDA") e/ou pictogramas normatizadas (S1 a S17), utilizadas para orientar evacuações e sinalizar rotas de fuga;
- c) Devem ser instaladas em locais estratégicos, visíveis mesmo em ausência de iluminação artificial.

4.1.7. Placas de Sinalização de Emergência – Proibição (Modelos P1 a P4)

- a) Devem possuir dimensão de 20x20cm ou 15x15cm, conforme especificado, ser fotoluminescentes e seguir os padrões visuais definidos na ABNT NBR 13434 e ISO 7010;
- b) Destinam-se a proibir ações de risco em áreas específicas, com aplicação próxima aos pontos críticos.

4.1.8. Requisitos gerais para todos os materiais e serviços:

- a) Todos os materiais devem ser novos, de primeiro uso, com conformidade com normas técnicas brasileiras (ABNT) e regulamentos do INMETRO;
- b) A contratada deverá manter atualizadas as certificações exigidas pelos órgãos competentes, como o Registro de Conformidade do Fornecedor;
- c) Os produtos devem ser entregues com documentação técnica, etiquetas de rastreabilidade e garantia de fabricação/execução.

4.2. Sustentabilidade e Legislação Ambiental

4.2.1. Priorizar produtos recicláveis e práticas que estejam de acordo com a Lei nº 12.305 /2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.2.2. Os materiais devem ser isentos de substâncias tóxicas ou prejudiciais ao meio ambiente, devendo atender, quando aplicável, às normas da ANVISA e INMETRO.

4.3. Entrega

4.3.1.

O prazo de entrega será conforme consta em Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pela empresa contratante, em remessa única.

4.3.2. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos desta municipalidade, nos horários compreendidos entre 7h30 às 10h30 e 12h30 às 16h30, nos locais indicados na AF, com suas respectivas quantidades. A empresa contratada deverá verificar previamente se houve alteração de endereço.

4.3.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços especificados no momento de envio das Autorizações de Fornecimento, relativas a cada Secretaria.

4.3.4. O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e com o presente Termo de Referência, cabendo a respectiva verificação.

4.3.5. Em caso de não atendimento com as especificações previstas a secretaria notificará a Contratada para as providencias previstas.

4.3.6. A recusa do objeto em desconformidade com as especificações não justificará atraso no prazo de entrega previsto no contrato.

4.3.7. Não será aceita entrega após o fim da vigência do contrato.

4.4. Requisitos Legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.5. Requisitos de Manutenção

A manutenção corretiva, aplicável exclusivamente aos serviços de recarga de extintores, deverá ser executada pela Contratada conforme os requisitos técnicos da ABNT NBR 12962, incluindo substituição de componentes, recarga com material certificado e realização de testes hidrostáticos, quando exigido.

4.6. Requisitos Temporais

4.6.1. A Entrega dos itens deverá ser efetivada conforme consta em Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Contratante, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.7. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.7.2. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.7.3. A garantia abrange a substituição dos extintores ou a correção de eventuais defeitos de fabricação, pelo próprio Contratado ou por meio de assistência técnica autorizada, conforme normas aplicáveis do Inmetro e do Corpo de Bombeiros.

4.7.4. Entende-se por correção de defeito a substituição ou o reparo necessário para restabelecer o perfeito funcionamento do extintor, conforme especificações técnicas e normas de segurança vigentes.

4.7.5. Caso necessário, a substituição de peças ou do próprio extintor será feita com componentes novos, de primeiro uso e originais, com qualidade e desempenho equivalentes ou superiores.

4.7.6. Uma vez notificado, o Contratado deverá acusar o recebimento da notificação da Contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

4.7.7. O Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração, efetuada pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.7.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.7.9. Decorrido o prazo para substituição sem atendimento da solicitação do Contratante ou apresentação de justificativa, o Contratante poderá adquirir novo equipamento por conta do Contratado, exigindo o reembolso dos custos, sem prejuízo da garantia dos demais itens fornecidos.

4.7.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.7.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.7.12. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.8. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.8.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante.

4.8.2. A AF indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.8.3. O Contratado deverá manter canal eletrônico de atendimento disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e atendimento telefônico em horário comercial (das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira).

4.8.4. O andamento do fornecimento dos itens deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.9. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.10. Garantia da Contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear fiscais de contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entregas contratadas;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio da Autorização de Fornecimento (AF), de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada quaisquer ocorrências que afetem a execução contratual, como devolução de itens não conformes ou necessidade de substituição.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou do acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, técnica e fiscal exigidas no processo licitatório;

5.2.6. Realizar os serviços de recarga, substituição ou manutenção dos extintores conforme normas técnicas e nos prazos pactuados, com uso de materiais novos e certificados;

5.2.7. Garantir que todos os bens fornecidos estejam dentro do prazo de validade, com certificados, etiquetas e lacres intactos, conforme normas do INMETRO e ABNT;

5.2.8. Proceder à substituição dos itens recusados pela Administração dentro do prazo máximo estabelecido em contrato, sem custo adicional;

5.2.9. Assumir total responsabilidade pelo transporte, instalação (quando aplicável), substituição e retirada dos extintores e demais itens fornecidos.

6. Modelo de execução do contrato

Rotinas de execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Autorização de Fornecimento (AF) para a entrega dos bens solicitados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na AF.

6.3. O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

6.3.1. Provisoriamente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pela equipe de fiscalização, para fins de conferência e verificação de conformidade técnica. Caso haja irregularidades, os itens poderão ser rejeitados total ou parcialmente, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da notificação formal, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

6.3.2. Definitivamente, até 10 (dez) dias após a inspeção técnica e aceite formal dos materiais, atestando sua qualidade, conformidade e quantidade pelo requisitante.

6.3.3. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada de responsabilidades por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou má execução do contrato, nos termos do Código Civil (artigos 441 a 446) e demais legislações aplicáveis.

6.4. A entrega dos objetos deverá obedecer rigorosamente à descrição, quantidade e localidade previstas na AF, com os produtos acondicionados de forma segura, protegidos contra danos físicos ou ambientais.

6.5. Os preços cotados deverão incluir, obrigatoriamente, os custos de transporte, carga, descarga, seguro, substituição de itens recusados e quaisquer outras despesas relacionadas à entrega.

6.6. Todos os custos relativos à retirada, substituição e devolução dos bens recusados, inclusive transporte, correrão por conta exclusiva da Contratada.

6.7. O servidor responsável ou comissão designada poderá solicitar a substituição de itens com falhas ou não conformidades detectadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a partir do recebimento da notificação, sem prejuízo do disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil.

6.8. Cada Autorização de Fornecimento (AF) indicará a quantidade, local de entrega e prazo para fornecimento, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Forma de execução e acompanhamento dos serviços

6.9. Condições de Entrega

6.9.1.

O prazo de entrega será conforme consta em Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pela empresa contratada, em remessa única.

6.9.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.9.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços especificados no momento de envio das Autorizações de Fornecimento, relativos a cada Secretaria.

6.9.4. O não cumprimento dos prazos de entrega, sem justificativa aceita pela Administração, sujeitará o Contratado às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato.

6.10. Formas de transferência de conhecimento

6.10.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.11. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.11.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.12. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.12.1. Cada Autorização de Fornecimento (AF) indicará a quantidade, local de entrega e prazo para fornecimento, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

6.13. Formas de Pagamento

6.13.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.13.2.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação

6.13.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.9. O fiscal de contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.9.3. O fiscal de contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.10. O fiscal de contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.11. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Critérios de Aceitação

7.18. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.19. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.20. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.21. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.22. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.23. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.24. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos

devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.25. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Autorização de Fornecimento (AF).	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Autorizações de Fornecimento (AF) dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	AF, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na AF. Será subtraída a data de entrega dos produtos da AF (desde que o fiscal reconheça aquela data) pela data de início da execução da AF.	
Periodicidade	Para cada Autorização de Fornecimento (AF) encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Início de Vigência	A partir da emissão da AF	

Critérios de medição e de pagamento

Recebimento do objeto

7.26. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.27. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.28. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.29. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.30. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.31. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.32. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.33. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.34. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.34.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.35. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.35.1. o prazo de validade;
- 7.35.2. a data da emissão;
- 7.35.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 7.35.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.35.5. o valor a pagar; e
- 7.35.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.36. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.37. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.39. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.41. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.43. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.44. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.45. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.48. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.49. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.50. Não haverá antecipação de pagamento.

8. Do reajuste

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (menor preço/menor desconto/técnica e preço).

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento dos bens será realizado de forma PARCELADA, de acordo com a necessidade da secretaria requisitante, após emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente à contratada.

Regime de execução

9.3. O contrato será executado sob o regime de fornecimento mediante pagamento posterior, condicionado à apresentação da documentação fiscal exigida, conforme legislação aplicável.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;

9.4.2. Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;

9.4.3. Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.4.4. Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.4.5. Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.4.6. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada

9.4.7. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais(as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);

9.4.8. Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a os Tributos Federais e à Dívida Ativada União;

9.6. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.7. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.8. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

9.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.10. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);

9.11. Declaração Unificada

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 160.230,96

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 160.230,96 (cento e sessenta mil, duzentos e trinta reais e noventa e seis centavos), conforme valores especificados na tabela do item 1.1.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados havendo reequilíbrio dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria de Educação

Fonte de Recursos: 288 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 267 - 2025 - 155000000000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 293 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 275 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Cultura e Turismo

Fonte de Recursos: 112 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 102 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Secretaria de Serviços Urbanos

Fonte de Recursos: 587 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Saúde

Fonte de Recursos: 27 - 2025 - 150000150000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 16 - 2025 - 150000150000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Agropecuária

Fonte de Recursos: 66 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Meio Ambiente

Fonte de Recursos: 443 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 436 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Esportes e Lazer

Fonte de Recursos: 339 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 321 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Transportes

Fonte de Recursos: 636 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Fonte de Recursos: 634 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social

Fonte de Recursos: 677 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Defesa Social

Fonte de Recursos: 206 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 200 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVELLEN CAZAROTTO MATEUS

Coordenadora

MARCILEIDE STUHR

Secretária

SANDERLEIA WRUCK ESPINDULA

Secretária

DIENE MARIA BREMENKAMP

Secretária

PRISCILLA GAIBA

Secretária

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO

Secretário

ELIANA LITKE

Secretária

VANDERLEI MARQUEZ

Secretário

CARLOS ALBERTO JARSKE

Secretário

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA

Secretário

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA

Secretária

PAULO ROGERIO DO CARMO BARBOZA

Secretário

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

EVELLEN CAZAROTTO MATEUS
COORDENADOR
GA - SECEDU - PMSMJ
assinado em 05/06/2025 11:07:52 -03:00

SANDERLÉIA WRUCK ESPÍNDULA
SECRETARIO
GABSETRA - SECTRA - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 13:41:16 -03:00

PRISCILLA GAIBA
SECRETARIO
GABEL - SECESP - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 08:42:49 -03:00

ELIANA LITKE
SECRETARIO
GERCULT - SECTUR - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 14:23:13 -03:00

CARLOS ALBERTO JARSKÉ
SECRETARIO
GABSESA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 16:38:23 -03:00

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA
SECRETARIO
GABSETRADS - SETDAS - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 17:25:27 -03:00

MARCILEIDE STUHR
SECRETARIO
GAE - SECEDU - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 09:03:43 -03:00

DIENE MARIA BREMENKAMP
SECRETARIO
GSEMA - SECMAM - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 11:29:10 -03:00

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
SECRETARIO
GAD - SECADM - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 14:16:20 -03:00

VANDERLEI MARQUEZ
SECRETARIO
GASEG - SECAGR - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 16:06:10 -03:00

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA
SECRETARIO
GABSESU - SECURB - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 09:43:20 -03:00

PAULO ROGERIO DO CARMO BARBOZA
SECRETARIO
GABDS - SEDES - PMSMJ
assinado em 04/06/2025 15:32:28 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 05/06/2025 11:07:52 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por EVELLEN CAZAROTTO MATEUS (COORDENADOR - GA - SECEDU - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-C9JRH1>